

# RESPOSTA À RECENSÃO CRÍTICA DE ANTÓNIO HORTA FERNANDES

**GILBERTO CARVALHO OLIVEIRA**

Doutor em Relações Internacionais em Política Internacional e Resolução de Conflitos pela Universidade de Coimbra e investigador-associado ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

O debate e o intercâmbio de ideias são práticas académicas desejáveis e todo autor deve levar em consideração as críticas recebidas como parte essencial do processo de validação público-científica do conhecimento por ele produzido. Desse modo, a recensão crítica do Doutor António Horta Fernandes ao artigo de minha autoria publicado na edição n.º 140 da revista *Nação e Defesa* é bem-vinda, embora eu seja levado a perceber que as suas objeções parecem destinadas mais ao campo disciplinar das Relações Internacionais e ao modo como os Estudos de Segurança se posicionam em relação aos Estudos Estratégicos, especialmente no mundo anglo-saxónico, do que à argumentação do meu artigo em particular.

Antes de tudo, é importante enfatizar que o meu artigo não é, e nem pretende ser, um estudo sobre a Estratégia. É um artigo sobre o “conceito de segurança” subjacente à convergência entre os Estudos Estratégicos e o Realismo nas Relações Internacionais durante a Guerra Fria e a expansão desse conceito no pós-Guerra Fria dentro do que passou a ser chamado de Estudos Críticos de Segurança. Desse modo, importa investigar o conceito de segurança dominante que emerge nessa convergência e os desdo-

bramentos conceptuais que surgem nos Estudos de Segurança enquanto subcampo das Relações Internacionais, particularmente do ponto de vista da teoria da securitização da Escola de Copenhaga. Seguindo uma das características marcantes do alargamento do debate sobre a segurança nas últimas três décadas, trata-se de uma reflexão que não se condiciona – mas ao contrário procura ir além – do domínio especializado da Estratégia e do campo tradicional da segurança, ainda que isto não signifique ignorar uma porosidade ou os pontos de contato que permitam fortalecer o diálogo e o debate construtivo entre tradicionalistas e não-traditionalistas.

Ainda que Fernandes não se reconheça dentro desta narrativa – conforme mostram não só a sua recensão crítica, mas também outros trabalhos de sua autoria<sup>1</sup> – e ainda que se reconheçam as suas inquietações e a relevância de suas contribuições em prol de um debate mais abrangente, aprofundado e nuancado da Estratégia no domínio das Relações Internacionais, não posso deixar de notar que as suas críticas, no caso específico da recensão aqui em questão, servem mais para veicular e reforçar as suas próprias teses do que para dialogar com o artigo que lhe serve de ponto de partida.

As críticas de Fernandes são meramente episódicas, voltadas para um ou outro aspeto do conhecimento sobre a Estratégia que lhe parecem inconsistentes no meu artigo e que, segundo ele, reproduzem os *clichés* de internacionalistas que “de eminentes nada têm” – e aqui ele se refere nomeadamente a Barry Buzan, Lene Hansen, Peter Burgess, Ken Booth, Keith Krause e Michael Williams. Mais importante ainda, sua recensão não provê uma reflexão sobre a forma como suas objeções fragilizam o artigo como um todo, especialmente no que se refere à discussão, que é central no texto, sobre os conceitos de segurança abordados, as suas diferenças e afinidades principais e as suas possibilidades de diálogo construtivo. Na verdade, a sua recensão não se debruça “sobre o conceito de segurança em si mesmo e sobre a Escola de Copenhaga”, por não ser esta a razão de seu excursus (conforme as suas próprias palavras), limitando-se a indicar outras obras de sua autoria para o envolvimento com essas questões. Esta exclusão não teria grande importância se o foco central do meu trabalho não recaísse justamente sobre os aspetos que Fernandes deixa de fora. Em consequência, fica a sensação de que a sua recensão se envolve com questões que, embora relevantes dentro da sua perspectiva especializada sobre a Estratégia, falha em envolver-se diretamente com a argumentação do meu artigo como um todo e de forma particular.

Para além disto, as críticas de Fernandes desconsideram a delimitação e a definição de propósitos, claramente expostas na introdução do artigo, que se fossem levadas em conta elucidariam alguns pontos que lhe parecem “estranhos”. Por exemplo, não há nada de inusitado, embora Fernandes tente apontar o contrário, no facto de este autor não ter explorado a tradição estratégica continental –

aí incluída a escola portuguesa, mas principalmente a francesa – ou algumas referências clássicas do pensamento estratégico anglo-saxónico como Liddell Hart e Colin Gray, entre outras. Isto não pode soar estranho porque a opção explicitamente definida na introdução do artigo foi a de abordar a tradição estratégica “sob a ótica das Relações Internacionais” e dentro do movimento de convergência entre estrategistas e realistas durante a Guerra Fria, a fim de examinar o conceito dominante de segurança internacional que emerge nesse processo e contra o qual as perspectivas críticas da segurança se posicionam a partir do fim da Guerra Fria.

Esta problematização leva, naturalmente, às principais referências que se têm envolvido neste tipo particular de reflexão no domínio particular das Relações Internacionais e não, necessariamente, às referências clássicas dos Estudos Estratégicos enquanto campo disciplinar autónomo. Não se pode estranhar, dentro do mesmo critério, a noção incorporada no artigo, tirada do trabalho de Kane e Lonsdale (2012), de que a estratégia pode ser entendida como o processo “que converte poder militar em efeitos políticos”. Embora esta frase soe particularmente incómoda a Fernandes – talvez mais por suas reservas ao livro dos dois autores britânicos como um todo, do que pela frase em si –, não se pode deixar de observar que ela sintetiza o núcleo do pensamento estratégico clausewitziano e a conceptualização de estratégia legada por Liddell Hart, pelo menos dentro da interpretação dominante incorporada às Relações Internacionais. Desse modo, ainda que sejam levadas em consideração as críticas de Fernandes à visão da Estratégia incorporada às Relações Internacionais através das lentes predominantemente anglo-americanas da disciplina, e ainda que seja considerada, em tese,

a noção por ele defendida de que a tradição estratégica continental e uma leitura mais nuancada das referências clássicas da tradição estratégica anglo-saxónica poderiam alterar os *clichés* sobre a Estratégia no domínio das Relações Internacionais, não se pode deixar de notar que essas reflexões são externas aos limites assumidos no artigo e que elas adquirem relevância neste fórum de discussão na medida em que Fernandes instrumentaliza o artigo aqui em pauta para veicular as suas próprias ideias e as suas próprias teses. Mais importante ainda, não se consegue perceber, dentro dos limites da sua recensão, até que ponto uma reinterpretação da Estratégia nas Relações Internacionais, a partir das suas indicações, seria capaz de alterar, substancialmente – e eu sublinho, substancialmente – o núcleo conceptual da segurança dentro da sua versão tradicionalista e desafiar a forma como as abordagens críticas e não-tradicionalistas se posicionam em relação a esse núcleo conceptual dominante. Considerando que estas questões conceptuais são centrais no artigo, é legítimo esperar que uma recensão crítica se envolva diretamente com essas questões, o que claramente não foi o caso da recensão aqui em questão em função da ênfase dada por Fernandes aos seus pontos de vista particulares sobre a Estratégia, em detrimento do envolvimento com a conceptualização da segurança em si.

Para concluir, se as observações do Doutor António Horta Fernandes em prol de uma abordagem mais abrangente, sofisticada e complexa da Estratégia nas Relações Internacionais são legítimas e desejáveis, sua recensão crítica não chega a apontar um caminho propício ao diálogo e ao estabelecimento de pontos de contato com os segmentos que talvez pudessem ser as suas audiências preferenciais. Ao contrário, a sua recensão

não vai muito além de desqualificar, através de uma gama de adjetivos demeritórios, o trabalho de um leque de académicos que se têm dedicado a refletir criticamente sobre o conceito de segurança nas Relações Internacionais.

Em segundo lugar, a sua recensão é prodigiosa na defesa da superioridade do conhecimento “especializado” dos Estudos Estratégicos sobre a produção de conhecimento dos Estudos de Segurança, por ele considerada “estulta”, falhando em perceber que as opções ontológicas, epistemológicas e metodológicas destes últimos não implicam na falta de preocupação com a sistematicidade, com o rigor, com a teorização, com a produção de conceitos e com o compromisso de oferecer alternativas legítimas de produção de conhecimento nas Relações Internacionais.

Em terceiro lugar, Fernandes parece não perceber, talvez por privilegiar as suas próprias teses sobre a Estratégia em detrimento do envolvimento com o artigo como um todo, que o ponto de chegada do meu texto é justamente a identificação de pontos de contato e a busca de uma complementaridade conceptual entre as perspetivas mais tradicionais e as perspetivas críticas da segurança, o que indica uma receptividade e uma disposição para o diálogo com a tradição estratégica que contradizem os comentários conclusivos da sua recensão. Finalmente, em consequência de todos os pontos anteriores, a intervenção de Fernandes acaba por exacerbar a polarização entre Estudos Estratégicos e Estudos de Segurança, tratando esses últimos de uma forma caricata e simplificada, replicando, na direção inversa, o mesmo processo que ele pretende denunciar em relação ao tratamento dado à Estratégia no domínio das Relações Internacionais.

## NOTAS

<sup>1</sup>Ver, particularmente, o seu artigo no n.º 122 da revista *Nação e Defesa*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fernandes, António H. (2009). “A Estratégia e as Relações Internacionais”. *Nação e Defesa* n.º 122, pp. 151-172.

Kane, Thomas M. e David J. Lonsdale (2012). *Understanding Contemporary Strategy*. London: Routledge.

Oliveira, Gilberto C. (2015). “A Segurança Internacional nos Estudos de Estratégia e na Teoria da Securitização: uma Abordagem Comparativa Ilustrada pelo Caso da Crise Nuclear Iraniana”. *Nação e Defesa* n.º 140, pp. 134-153.